



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Risco de Auditoria, Matérias Relevantes de Auditoria e Materialidade: Análise ao FTSE

100

Plano de Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

João Nuno Teixeira Loureiro

sob orientação de
Professor Ricardo Cunha

Católica Porto Business School

Abril, 2024

Agradecimentos

À minha querida Mãe, por todos os valores que me ensinou ao longo da vida e que percebeu sempre, antecipadamente, o que seria o melhor para mim. Devo-te e vou te sempre dar o melhor de mim.

À minha família, que me ensinaram que apesar de todos os obstáculos não devemos desistir e que a “sorte” dá demasiado trabalho. Cada um de vocês, sem exceção, primos e tios, são um exemplo para mim.

À CPBS e em especial à minha querida AECPBS, que serão sempre casa, um enorme obrigado pelos 5 anos de sentimentos diversos.

Avós, será sempre por vocês!

Resumo

No decorrer do século XXI, o fator da fiabilidade da informação obtida, na generalidade, foi tendo cada vez mais preponderância junto da sociedade mundial, não só pela necessidade dos recetores de informação sentirem que estão a receber a informação correta, assim como poderem tomar decisões tendo por base a informação obtida.

Como exemplo da mudança de comportamento da sociedade, o aumento da exigência dos *players* do mercado financeiro, utilizadores da informação financeira, originou que a forma de comunicar dos órgãos de gestão e dos auditores fosse alterada. A necessidade de esclarecer os utilizadores das demonstrações financeiras, fez com que fosse criada uma nova norma de auditoria. A *International Standards on Auditing (ISA) 701*, obriga que no relatório de auditoria das empresas cotadas no FTSE 100, sejam divulgados os riscos de distorção mais significativos, designados como *Key Audit Matters (KAM)*.

O estudo realizado visa relacionar os Riscos KAM (Matérias Relevantes de Auditoria) e os Riscos de Materialidade. Para tal, recorreu-se ao às empresas que integram o FTSE 100 – Índice da Bolsa de Valores de Londres, onde foram recolhidos os dados dos relatórios anuais de auditoria das 100 empresas, no ano de 2022.

A análise dos resultados permitiu aferir que o risco KAM mais utilizado pelas empresas do FTSE 100 é Revenue e que o risco de Materialidade mais identificado é o Resultado Antes de Imposto (Profit Before Tax).

Palavras Chave: KAM; Materialidade; Revenue; Profit Before Tax

Número de palavras: 7040

Abstract

Over the course of the 21st century, the factor of the reliability of the information obtained, in general, has become increasingly important to society worldwide, not only because of the need for information recipients to feel that they are receiving the correct information, but also because they can make decisions based on the information obtained.

As an example of the change in society's behavior, the increased demands of financial market players, users of financial information, has led to a change in the way management bodies and auditors communicate. The need to clarify the users of financial statements led to the creation of a new auditing standard. International Standards on Auditing (ISA) 701 requires that the most significant risks of misstatement, known as Key Audit Matters (KAM), be disclosed in the audit report of companies listed on the FTSE 100.

This study aims to relate KAM (Key Audit Matters) risks to materiality risks. To this end, we used the companies that make up the FTSE 100 - London Stock Exchange Index, where we collected data from the annual audit reports of the 100 companies in 2022.

Analysis of the results showed that the KAM risk most used by FTSE 100 companies is Revenue and that the most identified Materiality risk is Profit Before Tax.

Keywords: KAM, Materiality; Revenue; Profit Before Tax

Number of words: 7040

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Figuras	x
Capítulo 1 - Introdução	1
Capítulo 2 – Auditoria, Materialidade e Matérias Relevantes de Auditoria	2
2.1 Auditoria	2
2.2 Auditoria baseada em riscos.....	4
2.3 Materialidade.....	7
2.4 A Relação entre Risco e Materialidade.....	9
2.5 Níveis de materialidade e riscos identificados.....	12
2.6 – Matérias Relevantes de Auditoria.....	13
2.6 Matérias Relevantes de Auditoria e Riscos de Distorção	15
Capítulo 3 – Matérias Relevantes de Auditoria e Materialidade no Reino Unido.....	17
3.1 Metodologia e Amostra	17
3.2 Indicadores de Materialidade.....	18
3.3. Riscos nas MRA/KAM do FTSE 100	21
3.4. Riscos MRA/KAM e Materialidade no FTSE 100.....	22
3.5.Riscos KAM e Resultado Antes Imposto no FTSE 100.....	25
Capítulo 4 - Conclusão	27

Índice de Figuras

Tabela 1 – <i>Indicadores Materialidade – Empresas FTSE 100</i>	18
Tabela 2 - % Utilizada Indicadores Materialidade	19
Tabela 3 - Riscos Kam Identificados FTSE 100	21
Tabela 4 - Riscos KAM vs Indicadores Materialidade.....	23
Tabela 5 - Indicador Materialidade vs Risco KAM.....	24
Tabela 6 - Riscos KAM vs Profit Before Tax	25

Capítulo 1 - Introdução

A crescente modernização dos mercados financeiros, dos sistemas informáticos e da sociedade no geral levou a que a confiança na informação obtida, seja ela de índole profissional ou pessoal, tenha diminuído cada vez mais.

No contexto do ambiente empresarial atual, onde a transparência e a confiança são essenciais, a auditoria desempenha um papel crucial na validação e garantia da integridade das informações financeiras das empresas. De modo a corresponder às necessidades do mercado financeiro, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), com a criação da ISA 701 em 2016, obrigou a que os auditores divulgassem as Matérias Relevantes de Auditoria (MRA), traduzindo para inglês Key Audit Matters (KAM). Isto é, com a ISA 701, de modo a esclarecer os utentes das demonstrações financeiras, os auditores começaram a divulgar nos relatórios de auditoria as “*matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente*” (IAASB, 2015).

Com este estudo, pretende-se aferir a relação entre os riscos das Matérias Relevantes de Auditoria (MRA) e os riscos de Materialidade. Para tal, será efetuada uma recolha de dados dos relatórios de auditoria das empresas que integram o FTSE 100 – Bolsa de Valores de Londres para o período de 2022.

Em suma, o presente estudo encontra-se dividido em 3 capítulos.

No capítulo 2, será efetuada uma revisão de literatura sobre Auditoria, Auditoria Baseada em Riscos, Materialidade, a Relação entre Risco e Materialidade e Matérias Relevantes de Auditoria. No capítulo 3 encontram-se explicitadas a metodologia e a amostra que permitem responder à questão de investigação, assim como as diversas análises aos dados das empresas do FTSE 100. Por fim, no capítulo 4 encontram-se as conclusões e os comentários finais.

Capítulo 2 – Auditoria, Materialidade e Matérias Relevantes de Auditoria

2.1 Auditoria

A auditoria é uma prática fundamental no mundo dos negócios e das finanças, essencial para garantir a transparência, a confiança e a conformidade nas operações de uma empresa, desempenhando um papel crucial na avaliação da integridade dos registos financeiros, na identificação de riscos e na melhoria dos processos internos.

A história da auditoria remonta a tempos antigos, onde os registos comerciais eram verificados por indivíduos independentes para garantir sua precisão e confiabilidade. No entanto, foi no século XX que a auditoria se tornou uma prática formalizada e padronizada, impulsionada pelo crescimento das organizações e pela necessidade de garantir a prestação de contas aos acionistas e outras partes interessadas. Autores como Robert K. Elliott (1998) destacam que a auditoria moderna evoluiu de uma função principalmente focada na verificação de registos financeiros para uma abordagem mais ampla, que também considera questões de gestão corporativa, ética empresarial e responsabilidade social.

Uma das figuras centrais no desenvolvimento da teoria da auditoria é Michael Power (1997), cujo trabalho sobre a "*sociedade de auditoria*" enfatiza o papel cada vez mais importante das auditorias na gestão moderna e na regulamentação do Estado. Power (1997) argumenta que a auditoria não se limita apenas à verificação de números, mas também desempenha um papel vital na criação de confiança e na gestão do risco numa sociedade cada vez mais complexa e interligada.

Além disso, autores como Frank Clarke (2002) destacam a importância da auditoria interna como uma função essencial dentro das organizações, responsável por avaliar e melhorar a eficácia dos controlos internos, identificar áreas de fraqueza e fornecer recomendações para aprimoramento contínuo. A auditoria interna desempenha um papel crítico na gestão de riscos e no cumprimento de regulamentos, contribuindo para a eficiência operacional e a proteção dos interesses da organização.

No contexto atual, marcado por avanços tecnológicos e mudanças nas práticas de negócios, a auditoria atravessa por uma fase de transformação significativa. David Griffiths (2011) destaca a crescente importância da auditoria de dados e da auditoria de sistemas de informação, à medida que as organizações dependem cada vez mais de tecnologia para conduzir seus negócios. A integração de ferramentas de análise de dados e inteligência artificial está a mudar a forma como os auditores avaliam o risco e identificam irregularidades, tornando a auditoria mais eficiente e orientada por dados.

Em resumo, a auditoria é uma área dinâmica e multifacetada, essencial para garantir a transparência, a integridade e a eficácia das operações empresariais. A sua evolução ao longo do tempo reflete as mudanças nas práticas de negócios, nas tecnologias emergentes e nas expectativas das partes interessadas.

2.2 Auditoria baseada em riscos

A auditoria, mais especificamente o plano de auditoria, tem vindo a sofrer grandes alterações na forma como atua perante a informação obtida, não só pelo aumento do *know-how* dos profissionais como, em grande parte, devido ao grande desenvolvimento tecnológico que se tem verificado na última década.

Importa realçar que, em auditoria, é imperativo o reconhecimento da possibilidade de existir um erro na informação obtida, assim como o reconhecimento que o auditor possa não detetar o erro, sendo este definido como o risco de deteção McNamee (1997). Desta forma, o risco em que a auditoria se baseia não incide só na entidade auditada, sendo o papel do auditor também incluído no cálculo do risco inerente à auditoria no seu todo

Atualmente, auditoria e risco são inseparáveis, sendo que apenas se consegue realizar uma auditoria assumindo os vários riscos que podem afetar a fiabilidade da afirmação obtida, assim como, a correta emissão de opinião por parte do auditor.

Ao longo dos anos, são vários os autores que têm estudado a questão da auditoria baseada em riscos, tendo aprofundado o conhecimento sobre o tema. Deste estudo, vão surgindo vários prós e vários contras.

Pickett (2005), destaca que a adoção da auditoria baseada em riscos permite que a auditoria se concentre nas áreas de maior risco da entidade auditada, garantindo que são alocados os recursos e os esforços nessas áreas. Para tal, Pickett (2005), defende ser necessário identificar e avaliar os riscos significantes para que seja possível determinar a natureza, o tempo e a extensão dos procedimentos de auditoria necessários para avaliar a eficácia dos controlos internos da organização. No entanto, alerta que esta abordagem não deve negligenciar a avaliação das áreas que possam ter menos risco, devendo ser vista como uma ferramenta complementar à avaliação global dos controlos internos da organização, garantindo apenas que a auditoria dá especial importância às áreas de maior risco.

No mesmo seguimento que Pickett (2005), David T. H. Yuen (2012), defende que esta abordagem é uma maneira eficaz de avaliar e gerir os riscos associados às atividades da entidade auditada, assim como permite que os auditores desviem as suas atenções para os riscos identificados mais significantes e relevantes. Este aponta também que, com esta abordagem, é possível incrementar a comunicação entre a equipa de auditoria e os órgãos de gestão, permitindo assim que, em

conjunto, identifiquem os riscos da empresa. Não identificando apenas benefícios, Yuen (2012) destaca que é necessário uma boa compreensão dos negócios da entidade auditada e do setor em que está inserida, adaptando assim a sua abordagem para diferentes empresas e setores, assim como alerta para possibilidade de auditorias negligentes caso a equipa de auditoria não tenha uma compreensão clara dos riscos da empresa. No âmbito geral, este conclui que a abordagem da auditoria baseada em riscos pode ser uma ferramenta valiosa para os auditores, desde que aplicada corretamente e com uma compreensão clara dos riscos da empresa e das limitações da abordagem.

Cho e Kim (2015) abordam os benefícios e os desafios da auditoria baseada em riscos, assim como o impacto do conceito “Audit Based Risks” no sucesso da auditoria e quais as suas limitações.

Em relação às vantagens, Seonghee Cho e Ji-Eun Kim (2015) convergiram com os autores anteriormente mencionados, tendo identificado que a abordagem da auditoria baseada em riscos permite que a equipa de auditoria se concentre nas áreas de alto risco e que são críticas para o sucesso do negócio, aumentando a eficiência e eficácia do processo de auditoria, possibilitando assim uma melhoria da qualidade de auditoria dado o foco dos auditores nessas mesmas áreas.

No entanto, estes transcendem-se aos autores em cima mencionados ao aprofundar sobre os desafios da adoção de uma auditoria baseada em riscos. Primeiramente, é apontada como principal limitação o facto de, por vezes, ser difícil avaliar riscos com precisão, especialmente em ambientes de *big data*, o que pode provocar erros na avaliação de erros e na priorização de áreas significativas para auditoria, provocando um trabalho ineficiente e com conclusões não representativas. Seguidamente, Cho e Kim (2015) destacam o facto de esta abordagem requerer o uso de dados fidedignos e bastante sensíveis, cuja qualidade dos dados pode ser bastante questionável, assim como, de dados que, estando armazenados em sistemas informáticos, podem “facilmente” ser alvo de piratas informáticos, algo que tem sido recorrente atualmente. Como terceiro desafio, estes identificam que a auditoria baseada em riscos é carente de uma equipa de profissionais com *know-how* e com conhecimentos específicos para que possam avaliar, de forma correta, os riscos associados à entidade auditada. Os autores abordam, também, que é necessária uma avaliação constante dos riscos uma vez que estes são bastante dinâmicos e em constante mudança, sendo que esta constante avaliação pode ser um grande desafio para a eficiência da auditoria dada a necessidade de tempo e de recursos humanos. Por último, estes referem a elevada dependência que esta abordagem requer do sistema informático, assim como de ferramentas informáticas bastante específicas para

extrair e analisar os dados necessários para a auditoria. Esta dependência apresenta riscos adicionais, que devem ser antecipadamente identificados pela equipa de auditoria, uma vez que há uma maior probabilidade de os dados estarem comprometidos quer a nível de fiabilidade, assim como de vulnerabilidade de segurança. No âmbito geral, os autores defendem que a auditoria baseada em riscos possa apresentar benefícios, no entanto, há desafios significativos a serem considerados, como disponibilidade e qualidade dos dados, habilidades e conhecimentos especializados, atualização constante da avaliação de riscos e dependência de ferramentas e tecnologias específicas.

Knechel (2013), foi mais um dos autores a abordar a auditoria baseada em riscos ao fazer uma revisão sistemática intitulada de "Auditing and assurance services: A systematic literature review". Em relação aos benefícios vai ao encontro dos autores já mencionados anteriormente, sendo consensual que esta abordagem pode ser eficaz na identificação dos riscos significativos e na seleção de procedimentos de auditoria apropriados, assim como permite o foco dos auditores nas áreas de maior risco, exponenciando assim a eficiência da auditoria ao alocar os recursos e o tempo da melhor forma. Estendendo a sua revisão aos desafios que são impostos por esta abordagem, Knechel (2013) consegue abordar pontos diferentes de Cho e Kim (2015), concluindo que pode ser difícil avaliar o nível de risco dada a complexidade de cada risco, ser consistente na seleção de riscos, assim como a dependência de julgamentos subjetivos, como por exemplo, de antigos responsáveis pela auditoria da entidade ou de auditores mais experientes. Este destaca ainda a importância de os auditores desenvolverem diretrizes mais claras e consistentes para selecionar riscos e procedimentos de auditoria para além de avaliar regularmente os riscos de forma rigorosa com base em evidências objetivas e análises quantitativas sempre que possível.

Cascarino (2006) foi mais um dos autores que não ficou indiferente a esta abordagem de auditoria discutindo tanto os benefícios como os desafios no seu artigo "The Challenges of Risk-Based Auditing". No que toca aos benefícios, este não fugiu ao que foi anteriormente mencionado por outros autores destacando, acima de tudo, que esta abordagem permite a identificação mais eficiente de riscos e de áreas de alto risco e respetivo foco nessas áreas. Para além disso, este também aponta como benefício a redução de atividades de auditoria desnecessárias e redundantes e respetivo aumento da eficácia da auditoria, uma vez que os auditores se concentram nas áreas que mais precisam de atenção, assim como, a melhoria na comunicação entre os responsáveis da auditoria e a administração/outras partes interessadas para que possam identificar e abordar as questões mais críticas. Em relação aos desafios, Cascarino (2006) destaca a necessidade de ferramentas e metodologias apropriadas para a identificação e

avaliação de riscos, como por exemplo, metodologias de controlo interno e meios informáticos para aceder à informação produzida pela entidade, assim como destaca a dificuldade em equilibrar a cobertura de áreas de alto risco e áreas de baixo, podendo haver aqui uma “nuvem” de áreas não devidamente analisadas. Posteriormente, este destaca, também, como desafio a pressão para reduzir os custos de auditoria, o que pode levar a uma cobertura insuficiente de áreas de alto risco dada a escassez de recursos humanos e de tempo, assim como o potencial para a falta de compreensão da falta da metodologia de auditoria baseada em riscos por parte da administração e outras partes interessadas, o que pode levar a resistência ou falta de suporte.

No geral, é consensual na literatura que a auditoria baseada em riscos pode ser bastante benéfica se aplicada corretamente e com as salvaguardas adequadas, como a seleção adequada de indicadores de risco e a comunicação entre a equipa de auditoria e a entidade auditada. A generalidade dos autores aponta como principal benefício o facto de esta abordagem permitir que a auditoria se foque nas áreas de maior risco, aumentando assim a eficiência e qualidade do trabalho efetuado.

No entanto, é também unânime na literatura existente que a auditoria baseada em riscos apresenta pontos fracos, sendo a sua relevância proporcional à dimensão da entidade auditada. Neste sentido, os diversos autores aqui mencionados identificaram, na generalidade, que o facto desta abordagem se focar nas áreas de maior risco pode originar que as áreas de menor risco não tenham a devida atenção e que, aqui, não sejam detetados temas importantes para as conclusões finais da auditoria.

Apesar de vários autores já terem abordado esta questão, creio que, o aumento da relevância da avaliação dos riscos no planeamento da auditoria, assim como, com a implementação da ISA 701, irá fazer com que, nos próximos tempos, sejam efetuados mais estudos sobre esta abordagem. Assim sendo, é esperado que, com o passar dos anos, a literatura relativa aos benefícios e desafios da auditoria baseada em riscos seja cada vez mais basta, assim como, mais representativa da realidade.

2.3 Materialidade

A materialidade é um conceito fundamental em auditoria que se refere à importância relativa das informações contabilísticas que são examinadas pelo

auditor. É um dos principais critérios que o auditor utiliza para avaliar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma correta e em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis Houghton (2015).

Em termos práticos, a materialidade é a medida do efeito que uma determinada informação pode ter na avaliação das demonstrações financeiras pelos utentes das demonstrações financeiras, como investidores, credores e reguladores. A materialidade é geralmente expressa em termos monetários, como uma percentagem do resultado líquido ou do ativo líquido da empresa, mas também pode ser expressa em termos qualitativos, como a identificação de áreas ou transações críticas que podem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras, como o reconhecimento de riscos significativos associados a certas atividades da empresa, assim como pelo meio do julgamento profissional do auditor, tendo em conta sua experiência e conhecimento do setor em que a empresa atua, com um impacto significativo.

De acordo com a *International Standards on Auditing (ISA) 320*, "Materialidade é o critério usado para avaliar a importância relativa de informações em demonstrações financeiras. A materialidade é uma questão de julgamento profissional e é influenciada pelo tamanho e natureza de uma discrepância, tomada individualmente ou em conjunto com outras discrepâncias, e do ambiente em que ocorre."

O auditor deve determinar um nível de materialidade que seja adequado para as circunstâncias específicas da empresa e que permita que o auditor identifique quaisquer erros ou irregularidades significativas nas demonstrações financeiras. Para fazer isso, o auditor deve ter em consideração as necessidades dos utentes das demonstrações financeiras e a natureza das informações financeiras da empresa.

Após a determinação do valor da materialidade, o auditor usa esse valor como uma referência para avaliar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma correta e apropriada. O auditor avalia o impacto potencial de qualquer erro ou irregularidade identificado na auditoria em relação à materialidade e, se necessário, ajusta os valores das demonstrações financeiras para refletir a correção das informações.

A materialidade é um conceito crítico em auditoria porque é impossível para o auditor examinar todas as transações e contas da empresa. Em vez disso, o auditor concentra-se em áreas que são consideradas materialmente importantes para as demonstrações financeiras. A materialidade também ajuda o auditor a determinar o scope e o grau de profundidade da auditoria necessária.

É importante destacar que a materialidade é um termo usado em auditoria para descrever a importância relativa de um erro ou omissão nas demonstrações financeiras que pode influenciar a opinião dos demais leitores das mesmas. É um conceito subjetivo que depende do julgamento profissional do auditor e das circunstâncias específicas da entidade.

Importa realçar que a materialidade é um conceito dinâmico que pode mudar ao longo do tempo. Isso ocorre porque as circunstâncias da empresa e do ambiente em que ela opera são bastante suscetíveis de sofrerem alterações. Nesse sentido, de acordo com a ISA 200, o auditor deve avaliar continuamente se o nível de materialidade definido no início do trabalho de auditoria continua a ser apropriado à medida que novas informações são obtidas e analisadas.

Em resumo, a materialidade é um conceito fundamental em auditoria que ajuda o auditor a determinar a importância das informações contábilísticas nas demonstrações financeiras sendo um critério que o auditor usa para avaliar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma justa e em conformidade com as normas contábilísticas. A determinação da materialidade é um processo subjetivo que depende das circunstâncias específicas da empresa e do ambiente em que ela opera. O auditor deve aplicar julgamento profissional para determinar a materialidade apropriada e avaliar continuamente se o nível de materialidade definido no início do trabalho de auditoria continua sendo apropriado à medida que novas informações são coletadas e analisadas. Além disso, o auditor deve considerar o risco de fraude ao determinar a materialidade e avaliar todos os erros ou irregularidades identificados, independentemente do nível de materialidade definido.

2.4 A Relação entre Risco e Materialidade

Em auditoria, o risco e a materialidade são conceitos fundamentais que estão intimamente relacionados. Segundo Arens, Elder e Beasley (2017), os autores afirmam que a materialidade é uma componente chave do planejamento da auditoria, uma vez que afeta diretamente o scope da auditoria. Eles também enfatizam a importância de considerar o risco ao definir a materialidade, observando que a materialidade deve ser ajustada de acordo com o nível de risco inerente e o risco de detecção.

De acordo com o AICPA (2016) (American Institute of Certified Public Accountants), a materialidade é um conceito relativo e depende do julgamento profissional do auditor. Eles também enfatizam a importância de considerar o risco ao definir a materialidade, observando que a materialidade deve ser ajustada de acordo com o nível de risco inerente e o risco de detecção.

A Deloitte (2015), uma empresa de auditoria, destaca que a materialidade é um componente essencial da avaliação do risco de auditoria. Eles destacam que a materialidade é determinada com base na natureza, *scope* e complexidade da empresa auditada, bem como nos riscos associados às transações e operações da empresa.

O PCAOB (2010) (Public Company Accounting Oversight Board), órgão regulador dos auditores nos Estados Unidos, afirma que a materialidade deve ser determinada com base no julgamento profissional do auditor, considerando fatores como o ambiente em que a empresa opera, a natureza das transações e operações da empresa e as necessidades dos usuários das demonstrações financeiras.

Whittington e Pany (2012), outros autores, destacam que a materialidade é uma componente crítica da auditoria, pois afeta diretamente a qualidade e a confiabilidade das demonstrações financeiras. Eles enfatizam a importância de considerar o risco ao definir a materialidade, observando que a materialidade deve ser ajustada de acordo com o nível de risco inerente e o risco de detecção.

A relação entre risco e materialidade pode ser descrita da seguinte forma: quanto maior o risco de ocorrer uma discrepância material nas demonstrações financeiras, menor será o nível de materialidade tolerado pelo auditor. Isso ocorre porque o auditor precisa garantir que todas as discrepâncias materiais sejam identificadas e comunicadas aos utentes das demonstrações financeiras.

Outro fator que afeta a relação entre risco e materialidade é o tamanho da empresa auditada. Empresas maiores tendem a ter transações mais complexas e, portanto, um maior risco de ocorrer uma distorção material nas demonstrações financeiras. Nesse caso, o auditor precisará definir uma materialidade mais baixa para garantir que todas as distorções materiais sejam identificadas.

Além disso, o auditor deve levar em consideração outros fatores, como a importância da conta ou transação para a empresa, a qualidade dos controles internos da empresa e a natureza das operações da empresa. No geral, esses fatores influenciam o auditor na definição da materialidade a ser utilizada.

Outro fator importante a ser considerado na relação entre risco e materialidade é a natureza do risco Arens (2012). Existem dois tipos de risco: o risco de detecção e o risco inerente. O risco de detecção refere-se ao risco de o auditor não detectar uma discrepância material nas demonstrações financeiras, mesmo que ela exista. Já o risco inerente é o risco de uma discrepância material existir nas demonstrações financeiras antes mesmo do início da auditoria.

Quanto maior o risco inerente, maior será a necessidade de uma materialidade mais baixa, uma vez que a probabilidade de existir uma distorção material nas demonstrações financeiras é maior. Por outro lado, quanto maior o risco de detecção, maior será a necessidade de uma materialidade mais alta, uma vez que o auditor precisará garantir que todas as discrepâncias materiais sejam identificadas.

Além disso, a relação entre risco e materialidade também é afetada pela fase da auditoria em que o auditor se encontra Canning (2019). Na fase de planejamento, o auditor deve considerar o nível de risco da empresa auditada e definir a materialidade a ser utilizada. Durante a fase de execução, o auditor deve avaliar o risco de detecção e ajustar a materialidade, se necessário, para garantir que todas as distorções materiais sejam identificadas. Na fase de conclusão, o auditor deve rever novamente a materialidade e garantir que todas as distorções materiais foram corretamente identificadas e comunicadas aos utentes das demonstrações financeiras.

Assim, relação entre risco e materialidade é fundamental para garantir que a auditoria seja realizada de maneira eficaz e eficiente. O risco afeta diretamente o nível de materialidade tolerado pelo auditor e, por sua vez, a materialidade afeta diretamente a eficácia da auditoria. O auditor deve considerar diversos fatores ao definir a materialidade, incluindo o nível de risco da empresa auditada, a natureza das transações e operações da empresa, e as necessidades dos utentes das demonstrações financeiras. O julgamento profissional do auditor é crucial para garantir que a materialidade seja adequadamente definida e que todas as discrepâncias materiais nas demonstrações financeiras sejam identificadas e comunicadas

2.5 Níveis de materialidade e riscos identificados

Como visto nos capítulos anteriores, a materialidade é um conceito fundamental na auditoria, uma vez que influencia diretamente o *scope* e a natureza dos procedimentos de auditoria realizados pelo auditor. A materialidade é definida como o limite ou o montante abaixo do qual as distorções identificadas nas demonstrações financeiras não têm um impacto significativo no entendimento das informações financeiras pelos leitores. Na determinação da materialidade, o auditor deve considerar os riscos associados às transações e operações da empresa. Neste contexto, existem diferentes níveis de materialidade que podem ser definidos em relação aos riscos identificados na auditoria.

De acordo com a Deloitte (2015), *"a avaliação da materialidade pode ser conduzida em vários níveis, como a materialidade global, materialidade de conta ou grupo de contas e materialidade de transações individuais. Os níveis de materialidade podem ser afetados por riscos, incluindo riscos inerentes, de controlo e de detecção."* Isso significa que o auditor deve considerar a magnitude das distorções em diferentes níveis da estrutura das demonstrações financeiras.

O PCAOB (2010) destaca que *"o auditor deve avaliar a materialidade global das demonstrações financeiras e, em seguida, determinar os níveis de materialidade de conta e divulgação. Além disso, o auditor deve considerar riscos relevantes, incluindo o risco de fraude, ao avaliar a materialidade."* Essa abordagem ajuda a garantir que o auditor leve em consideração os riscos específicos da empresa e ajuste a materialidade de acordo.

Conforme mencionado pela AICPA (2016), *"os níveis de materialidade devem ser determinados pelo auditor com base em vários fatores, incluindo a natureza e o valor das contas, a importância relativa das demonstrações financeiras e a presença de riscos relevantes."* Assim, é realçada a importância de considerar a natureza das contas e a relevância das demonstrações financeiras ao determinar os níveis de materialidade.

A ISA 320 estabelece que *"o auditor deve avaliar a materialidade global das demonstrações financeiras e determinar os níveis de materialidade de conta ou divulgação. A avaliação da materialidade deve levar em consideração a presença de riscos relevantes e pode ser afetada por fatores qualitativos, além de fatores quantitativos."* Isso enfatiza a importância de considerar tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos ao definir os níveis de materialidade.

Howard (2015) afirma que *"os níveis de materialidade devem ser definidos com base na importância relativa das contas, na presença de riscos e na capacidade do auditor de*

detectar erros materiais. Quando os riscos são maiores, os níveis de materialidade devem ser reduzidos para aumentar a probabilidade de que o auditor detecte erros materiais." Isso ressalta a importância de ajustar os níveis de materialidade de acordo com os riscos específicos enfrentados pela empresa.

Conforme destacado por Arens, Elder e Beasley (2017), *"os níveis de materialidade devem ser definidos com base em uma avaliação de riscos relevantes. Quando os riscos são maiores, os níveis de materialidade devem ser reduzidos para garantir que o auditor esteja a cobrir adequadamente os riscos."* Desta forma, é salientada a necessidade de ajustar os níveis de materialidade com base nos riscos identificados durante a auditoria.

É importante ressaltar que os diferentes níveis de materialidade não são fixos e podem ser ajustados de acordo com as circunstâncias específicas da empresa e da auditoria em questão. A determinação da materialidade é uma questão de julgamento profissional do auditor e envolve a consideração de diversos fatores.

Em relação aos diferentes níveis de materialidade e os riscos identificados, é importante destacar que o nível de materialidade apropriado pode variar dependendo do risco específico que está a ser avaliado Joldos (2010). Por exemplo, se um risco envolver o potencial de fraude financeira, o auditor pode escolher um nível de materialidade mais baixo para garantir que qualquer erro ou distorção seja identificado.

De destacar que a determinação do nível de materialidade apropriado é um processo subjetivo que requer julgamento profissional por parte do auditor. Para chegar a uma conclusão apropriada, o auditor deve considerar vários fatores, incluindo a natureza do negócio auditado, o ambiente regulatório e as práticas contabilísticas e financeiras adotadas pela empresa, entre outros.

2.6 – Matérias Relevantes de Auditoria

A ISA 701 UK, também conhecida como "Comunicação das Matérias Relevantes de Auditoria (Key Audit Matters) ", é uma norma de auditoria emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, tendo entrado em vigor em 2016.

O objetivo da ISA 701 é melhorar a comunicação entre os auditores e os utentes das demonstrações financeiras, fornecendo informações mais relevantes e úteis sobre os principais temas de auditoria identificados durante a auditoria. A norma requer que o auditor forneça uma explicação clara e concisa dos principais assuntos de auditoria no seu relatório, o que pode ajudar os utentes a entender melhor as áreas de maior risco e complexidade nas demonstrações financeiras.

A ISA 701 representa um marco importante para a auditoria uma vez que aumenta a transparência e a qualidade dos relatórios de auditoria, além de melhorar a comunicação entre auditores e seus clientes. O seu impacto na auditoria é significativo uma vez que obriga os auditores a adotar uma abordagem mais abrangente na sua avaliação dos riscos e na sua comunicação com os stakeholders. As KAM são discutidas numa seção separada do relatório de auditoria, geralmente imediatamente após a opinião do auditor. O relatório de auditoria deve incluir uma descrição das KAM identificadas, incluindo uma explicação de por que esses assuntos foram considerados relevantes para a auditoria e como eles foram abordados pelo auditor.

Segundo Moroney et al (2020), a divulgação das KAM permitiu aumentar, por parte dos investidores, a credibilidade da auditoria efetuada, assim como a clarificação sobre a informação obtida. O autor desta ainda que, este efeito só se fez sentir quando nas empresas que não eram auditadas pelas Big4. Quando efetuadas por estas, a divulgação das KAM em nada altera, por parte dos investidores, o aumento da credibilidade e percepção das demonstrações financeiras.

Bedard et al. (2016) destaca como principal benefício da divulgação das KAM, o facto de aumentar o valor do relatório de auditoria para os utilizadores, uma vez que fornece a informação necessária para a compreensão das demonstrações financeiras, como por exemplo: políticas contabilísticas do cliente, riscos de negócio e os riscos de auditoria. Desta forma, a implementação da ISA 701 permite que seja minimizada a lacuna entre a auditoria efetuada e a informação disponibilizada.

No entanto, as KAM podem ser usadas pelos utentes das demonstrações financeiras para fazer suposições ou previsões sobre o desempenho futuro da entidade. Essas previsões podem ser imprecisas ou não confiáveis, o que pode levar a decisões inadequadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Bedard et al. (2016) menciona que com a divulgação das KAM os investidores não profissionais tendem a ficar menos interessados em investir, uma vez que percebem a divulgação adicional como um risco acrescido em investir na empresa.

Prasad and Chand (2017) através de um inquérito concluíram que grande parte dos inquiridos acreditam que a divulgação das KAM aumenta não só informação disponível para as tomadas de decisão, como também a credibilidade da auditoria, dado que aumenta a consciencialização dos utilizadores do relatório sobre as questões significativas que chegam ao conhecimento do auditor, assim como sobre os procedimentos de auditoria efetuados.

No geral, os estudos disponíveis sugerem que a ISA 701 teve um impacto significativo na auditoria, aumentando a conscientização dos auditores sobre a importância das informações significativas e melhorando a qualidade dos relatórios de auditoria. No entanto, também destacam os desafios na implementação da norma e na comunicação dessas informações aos utentes das demonstrações financeiras.

2.6 Matérias Relevantes de Auditoria e Riscos de Distorção

A ISA 701 UK e a ISA 315 Revista são duas normas de auditoria emitidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, que tratam de assuntos distintos, mas que estão interligados na prática da auditoria. A primeira norma, a ISA 701 UK, trata dos "Key Audit Matters" (KAM), enquanto a segunda, a ISA 315 revista, trata da avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Apesar de tratar de assuntos distintos, a ISA 701 UK e a ISA 315 revista estão interligadas na prática da auditoria, uma vez que a identificação e avaliação dos KAM estão diretamente relacionadas com a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Neste sentido, a relação entre as duas normas pode ser analisada sob duas perspetivas: a primeira é a relação entre a identificação dos KAM e a identificação dos riscos de distorção relevante; a segunda é a relação entre a divulgação dos KAM e a divulgação dos riscos de distorção relevante.

Em relação à primeira perspetiva, a identificação dos KAM e a identificação dos riscos de distorção relevante estão intimamente ligadas. Os KAM são definidos como aqueles assuntos que, na opinião do auditor, foram de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do cliente. Por sua vez, a avaliação dos riscos de distorção relevante visa identificar os riscos que possam afetar de forma material as demonstrações financeiras. Assim, na identificação dos KAM, o auditor deve levar em consideração os riscos de distorção relevante, de forma a seleccionar aqueles assuntos que são mais relevantes para a avaliação dos riscos nas demonstrações financeiras.

Quanto à segunda perspetiva, a divulgação dos KAM e a divulgação dos riscos de distorção relevante também estão interligadas. A divulgação dos KAM visa fornecer aos utentes das demonstrações financeiras informações adicionais sobre a auditoria e os assuntos que foram de maior importância na sua condução. Já a divulgação dos riscos de distorção relevante tem como objetivo fornecer aos utentes das demonstrações financeiras informações sobre os riscos identificados pelo auditor que podem afetar de forma material as demonstrações financeiras.

Assim, a divulgação dos KAM pode ser vista como uma forma de divulgação dos riscos de distorção relevante que foram identificados pelo auditor durante a auditoria. Ao identificar e divulgar os KAM, o auditor está a comunicar aos utentes das demonstrações financeiras os assuntos que foram considerados mais relevantes na auditoria e que, portanto, podem ser considerados como aqueles que representam os maiores riscos para as demonstrações financeiras. Dessa forma, a divulgação dos KAM pode ajudar os utentes das demonstrações financeiras a entender melhor os riscos envolvidos nas demonstrações financeiras.

Em suma, a relação entre a ISA 701 UK e a ISA 315 Revista está no facto de que ambas as normas destacam a importância da compreensão da entidade auditada e do seu ambiente para a realização de uma auditoria efetiva e para a identificação de KAMs. A nova versão da ISA 315 fornece orientações atualizadas sobre como os auditores podem obter essa compreensão aprimorada, o que pode levar a uma identificação mais precisa e completa das KAMs e a uma auditoria mais efetiva como um todo.

Capítulo 3 – Matérias Relevantes de Auditoria e Materialidade no Reino Unido

3.1 Metodologia e Amostra

De forma a responder à questão de investigação sobre a relação entre os riscos identificados nas KAM e os riscos identificados para a Materialidade, considera-se como amostra os relatórios e contas anuais de auditoria, relativos aos anos de 2022, para as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Londres -FTSE 100.

A opção pelo índice FTSE 100 para a análise deve-se ao facto da ISA 701 ter sido aplicada inicialmente no Reino Unido, assim como pela sua notoriedade no mercado mundial.

A abordagem para o estudo será com base em estatísticas descritivas e qualitativa, sendo o principal foco a análise descritiva dos resultados apurados entre os riscos KAM e os riscos de Materialidade identificados pelas empresas do FTSE 100.

Adicionalmente, será efetuado um entendimento qualitativo sobre vários tópicos que procuram contextualizar a relação entre os Riscos Kam e os Riscos da Materialidade.

3.2 Indicadores de Materialidade

Indicador Materialidade	Nº Indicadores	Peso
Profit Before Tax	79	79%
Net Assets	4	4%
Revenue	4	4%
Total Assets	4	4%
EBITDA	2	2%
Adjusted Earnings pre-tax	1	1%
Average underlying cash generated in the year	1	1%
Gross Premiums	1	1%
Group equity	1	1%
Total Assets excluding goodwill	1	1%
Total Equity	1	1%
Total Shareholders' Funds	1	1%
Total	100	

Tabela 1 – Indicadores Materialidade – Empresas FTSE 100

De acordo com a tabela 1, é possível verificar que o indicador de Materialidade mais utilizado pelas empresas do FTSE 100 é o Profit Before Tax (79%) seguido de Revenue e Total Assets, ambos com 4%.

Indicador	Porcentagem	Nº Indicadores	Peso
Profit Before Tax	5,00%	42	42%
Profit Before Tax	4,70%	6	6%
Profit Before Tax	4,80%	3	3%
Profit Before Tax	6,00%	3	3%
Net Assets	1,00%	2	2%
Profit Before Tax	4,90%	2	2%
Profit Before Tax	5,10%	2	2%
Profit Before Tax	5,60%	2	2%
Profit Before Tax	4,60%	2	2%
Revenue	0,90%	2	2%
Adjusted Earnings pre-tax	2,60%	1	1%
Average underlying cash generated in the year	5,00%	1	1%
EBITDA	2,00%	1	1%
EBITDA	2,20%	1	1%
Gross Premiums	0,80%	1	1%
Group equity	2,00%	1	1%
Net Assets	1,10%	1	1%
Net Assets	0,38%	1	1%
Profit Before Tax	3,10%	1	1%
Profit Before Tax	3,70%	1	1%
Profit Before Tax	3,90%	1	1%
Profit Before Tax	4,00%	1	1%
Profit Before Tax	5,15%	1	1%
Profit Before Tax	5,20%	1	1%
Profit Before Tax	7,80%	1	1%
Profit Before Tax	8,00%	1	1%
Profit Before Tax	4,71%	1	1%
Profit Before Tax	3,20%	1	1%
Profit Before Tax	3,50%	1	1%
Profit Before Tax	3,80%	1	1%
Profit Before Tax	4,20%	1	1%
Profit Before Tax	4,29%	1	1%
Profit Before Tax	4,30%	1	1%
Profit Before Tax	4,40%	1	1%
Profit Before Tax	4,73%	1	1%
Revenue	0,60%	1	1%
Revenue	0,71%	1	1%
Total Assets	0,50%	1	1%
Total Assets	1,00%	1	1%
Total Assets	0,77%	1	1%
Total Assets	0,90%	1	1%
Total Assets excluding Goodwill	0,50%	1	1%
Total Equity	1,00%	1	1%
Total Shareholders' Funds	1,00%	1	1%
Total		100	

Tabela 2- % Utilizada Indicadores Materialidade

Através da análise da tabela 2, é possível constatar que o indicador mais adotado pelas empresas do FTSE 100 foi a utilização de 5% do Profit Before Tax para o

cálculo da Materialidade, representando um peso de 42%. Importa realçar que os/as restantes indicadores/percentagens utilizados encontram-se bastante distribuídos quanto ao seu peso.

Em suma, os diferentes níveis de materialidade são importantes considerações na auditoria e são estabelecidos de acordo com os riscos identificados. A materialidade global estabelece um limite para o nível máximo de erro nas demonstrações financeiras, enquanto a materialidade de tolerância avalia transações individuais insignificantes para a empresa. A materialidade de desempenho é utilizada para avaliar a efetividade dos procedimentos de auditoria, e a materialidade relativa avalia o impacto das distorções na imagem financeira da empresa. A determinação desses níveis de materialidade requer o julgamento profissional do auditor e leva em consideração fatores como o tamanho da empresa, a complexidade das operações, o risco de detecção e a natureza das distorções identificadas. O auditor deve aplicar seu conhecimento e experiência para determinar o nível apropriado de materialidade e garantir que todas as distorções materialmente relevantes sejam identificadas e comunicadas aos usuários das demonstrações financeiras.

3.3. Riscos nas MRA/KAM do FTSE 100

Categorias KAM	NºKAM	Peso
Revenue	42	12,96%
Impairments	29	8,95%
Benefit Pension Obligation	22	6,79%
Provisions	22	6,79%
Investments in Subsidiaries	21	6,48%
Tax	18	5,56%
Goodwill	17	5,25%
Acquisitions	12	3,70%
Inventory	9	2,78%
Insurance Liabilities	8	2,47%
Intangible Assets	8	2,47%
Technological	7	2,16%
Fair Value	6	1,85%
Others	6	1,85%
Complex Transactions	5	1,54%
Contingent Liabilities	5	1,54%
Disclosure IFRS 17	5	1,54%
Management Override of Controls	4	1,23%
Other Costs	4	1,23%
Valuation of hard to value investments	4	1,23%
Accruals	3	0,93%
Disposal	3	0,93%
Going Concern	3	0,93%
Intercompany	3	0,93%
Investment property	3	0,93%
Margin	3	0,93%
Adjusting Items	2	0,62%
Climate Change	2	0,62%
Cost of sales	2	0,62%
Demerger accounting	2	0,62%
Environmental	2	0,62%
Expected credit losses	2	0,62%
Financial Investments	2	0,62%
Geopolitical events in Russia and Ukraine.	2	0,62%
Inflation	2	0,62%
investments	2	0,62%
listed investments	2	0,62%
Litigation	2	0,62%
Trading Activities	2	0,62%
unlisted investments	2	0,62%
Claims	2	0,62%
Annuitant mortality assumption	1	0,31%
Assets	1	0,31%
Business Combinations	1	0,31%
Carried Interest payable	1	0,31%
Corporate activity	1	0,31%
Credit default	1	0,31%
Employee Benefits	1	0,31%
Exceptional Item	1	0,31%
Exchange Rates	1	0,31%
Expense assumptions	1	0,31%
government grants	1	0,31%
Government investigations	1	0,31%
Intelligence division businesses	1	0,31%
Joint Ventures	1	0,31%
legal cases	1	0,31%
Other assets	1	0,31%
PPE & IA	1	0,31%
Presentation & Disclosure	1	0,31%
Rental Fleet	1	0,31%
Staff Costs	1	0,31%
Supplier arrangements	1	0,31%
UK annuity policyholder liabilities	1	0,31%
Total	324	

Tabela 3 - Riscos Kam Identificados FTSE 100

Com base na tabela 3, é possível apurar que foram identificados 324 riscos KAM nos Relatórios e Contas das empresas pertencentes ao FTSE 100. É notório que o risco mais utilizado foi Revenue, sendo identificado no relatório de 42 empresas, o que representa um peso de 13%.

Em resumo, as KAM apresentam riscos que os auditores devem gerir para garantir a efetividade da auditoria e a qualidade das informações divulgadas. O auditor deve abordar esses riscos com cuidado e garantir que as KAM são divulgadas de maneira clara e precisa, sem prejudicar a abrangência e a qualidade da auditoria como um todo.

3.4. Riscos MRA/KAM e Materialidade no FTSE 100

Com base na tabela 4, podemos validar a relação entre os Riscos Kam identificados e os riscos de Materialidade utilizados pelas empresas do FTSE 100.

Como anteriormente visto, foi possível verificar que o indicador de Materialidade mais utilizado foi o Profit Before Tax, assim como o risco KAM mais identificado foi Revenue.

Através da análise da tabela acima, é possível afirmar que a maior relação é entre o Risco Kam – Revenue e o Risco de Materialidade – Profit Before Tax, tendo-se verificado por 33 ocasiões. Isto é, em 10,19% dos riscos KAM identificados pelas empresas do FTSE, quando identificado o o risco KAM Revenue, o indicador de materialidade utilizado é o Profit Before Tax.

Risco Kam	Indicador Materialidade	Risco KAM vs Indicador Materialidade	Peso
Revenue	Profit before tax	33	10,19%
Impairments	Profit before tax	25	7,72%
Provisions	Profit before tax	21	6,48%
Benefit Pension Obligation	Profit before tax	20	6,17%
Tax	Profit before tax	16	4,94%
Goodwill	Profit before tax	15	4,63%
Investments in Subsidiaries	Profit before tax	15	4,63%
Acquisitions	Profit before tax	9	2,78%
Inventory	Profit before tax	9	2,78%
Intangible Assets	Profit before tax	7	2,16%
Technological	Profit before tax	7	2,16%
Others	Profit before tax	6	1,85%
Contingent Liabilities	Profit before tax	5	1,54%
Fair Value	Profit before tax	5	1,54%
Insurance Liabilities	Profit before tax	5	1,54%
Disclosure IFRS 17	Profit before tax	4	1,23%
Management Override of Controls	Profit before tax	4	1,23%
Other Costs	Profit before tax	4	1,23%
Accruals	Profit before tax	3	0,93%
Disposal	Profit before tax	3	0,93%
Intercompany	Profit before tax	3	0,93%
Margin	Profit before tax	3	0,93%
Revenue	Revenue	3	0,93%
Valuation of hard to value investments	Profit before tax	3	0,93%
Acquisitions	Revenue	2	0,62%
Adjusting Items	Profit before tax	2	0,62%
Climate Change	Profit before tax	2	0,62%
Complex Transactions	Total Assets	2	0,62%
Cost of sales	Profit before tax	2	0,62%
Demerger accounting	Profit before tax	2	0,62%
Expected credit losses	Profit before tax	2	0,62%
Financial Investments	Profit before tax	2	0,62%
Geopolitical events in Russia and Ukraine.	Profit before tax	2	0,62%
Going Concern	Profit before tax	2	0,62%
Inflation	Profit before tax	2	0,62%
Investment property	Total Assets	2	0,62%
investments	Profit before tax	2	0,62%
Investments in Subsidiaries	Revenue	2	0,62%
Litigation	Profit before tax	2	0,62%
Revenue	Total Assets	2	0,62%
Trading Activities	Profit before tax	2	0,62%
Acquisitions	Total Assets	1	0,31%
Annuitant mortality assumption	Profit before tax	1	0,31%
Assets	Profit before tax	1	0,31%
Benefit Pension Obligation	EBITDA	1	0,31%
Benefit Pension Obligation	Revenue	1	0,31%
Business Combinations	Profit before tax	1	0,31%
Carried Interest payable	Total Assets	1	0,31%
Complex Transactions	Adjusted Earnings pre-tax	1	0,31%
Complex Transactions	Group equity	1	0,31%
Complex Transactions	Profit before tax	1	0,31%
Corporate activity	Profit before tax	1	0,31%
Credit default	Profit before tax	1	0,31%
Disclosure IFRS 17	Gross Premiums	1	0,31%
Employee Benefits	Profit before tax	1	0,31%
Environmental	Adjusted Earnings pre-tax	1	0,31%
Environmental	Profit before tax	1	0,31%
Exceptional Item	Total Assets	1	0,31%
Exchange Rates	Revenue	1	0,31%
Expense assumptions	Profit before tax	1	0,31%
Fair Value	Net Assets	1	0,31%
Going Concern	Total Assets	1	0,31%
Goodwill	EBITDA	1	0,31%
Goodwill	Revenue	1	0,31%
government grants	Net Assets	1	0,31%
Government investigations	Profit before tax	1	0,31%
Impairments	Adjusted Earnings pre-tax	1	0,31%
Impairments	EBITDA	1	0,31%
Impairments	Net Assets	1	0,31%
Impairments	Total Assets	1	0,31%
Insurance Liabilities	Gross Premiums	1	0,31%
Insurance Liabilities	Group equity	1	0,31%
Insurance Liabilities	Net Assets	1	0,31%
Intangible Assets	Group equity	1	0,31%
Intelligence division businesses	Profit before tax	1	0,31%
Investment property	Net Assets	1	0,31%
Investments in Subsidiaries	EBITDA	1	0,31%
Investments in Subsidiaries	Net Assets	1	0,31%
Investments in Subsidiaries	Total Assets	1	0,31%
Investments in Subsidiaries	Total Equity	1	0,31%
Joint Ventures	Net Assets	1	0,31%
legal cases	Profit before tax	1	0,31%
listed investments	Net Assets	1	0,31%
listed investments	Total Shareholders' Funds	1	0,31%
Other assets	Adjusted Earnings pre-tax	1	0,31%
PPE & IA	Profit before tax	1	0,31%
Presentation & Disclosure	Revenue	1	0,31%
Provisions	Revenue	1	0,31%
Rental Fleet	Profit before tax	1	0,31%
Revenue	EBITDA	1	0,31%
Revenue	Net Assets	1	0,31%
Revenue	Total Assets excluding goodwill	1	0,31%
Revenue	Total Shareholders' Funds	1	0,31%
Staff Costs	Total Assets excluding goodwill	1	0,31%
Supplier arrangements	Profit before tax	1	0,31%
Tax	EBITDA	1	0,31%
Tax	Revenue	1	0,31%
UK annuity policyholder liabilities	Profit before tax	1	0,31%
Unlisted investments	Net Assets	1	0,31%
Unlisted investments	Total Shareholders' Funds	1	0,31%
Valuation of hard to value investments	rage underlying cash generated in the	1	0,31%
Claims	Gross Premiums	1	0,31%
Claims	Profit before tax	1	0,31%
Total		324	100,00%

Tabela 4 - Riscos KAM vs Indicadores Materialidade

Inicialmente, na tabela 1, verificamos que o indicador de Materialidade mais utilizado pelas empresas do FTSE 100 foi o Profit Before Tax. Através da análise da Tabela 5, é possível visualizar o número de Risco KAM por Indicador de Materialidade.

Assim, é possível concluir que dos 342 riscos KAM identificados, 266 estão associados ao indicador de materialidade Profit Before Tax, representando cerca de 82% dos riscos KAM identificados.

Indicador Materialidade	Risco Kam	Peso
Profit Before Tax	266	82,10%
Revenue	13	4,01%
Total Assets	12	3,70%
Net Assets	10	3,09%
EBITDA	6	1,85%
Adjusted Earnings pre-tax	4	1,23%
Gross Premiums	3	0,93%
Group Equity	3	0,93%
Total Shareholders' Funds	3	0,93%
Total Assets excluding goodwill	2	0,62%
Average underlying cash generated in the	1	0,31%
Total Equity	1	0,31%
Total	324	100%

Tabela 5 - Indicador Materialidade vs Risco KAM

3.5.Riscos KAM e Resultado Antes Imposto no FTSE 100

Risco Kam	Risco Kam vs Profit Before Tax	Peso	Relação Direta com a Demonstração de Resultados?
Revenue	33	12,4%	Sim
Impairments	25	9,4%	Sim
Provisions	21	7,9%	Sim
Benefit Pension Obligation	21	7,9%	Sim
Investments in Subsidiaries	19	7,1%	Não
Tax	16	6,0%	Não
Goodwill	15	5,6%	Não
Acquisitions	9	3,4%	Não
Inventory	9	3,4%	Sim
Intangible Assets	7	2,6%	Não
Technological	7	2,6%	Não
Others	6	2,3%	Não
Insurance Liabilities	6	2,3%	Sim
Contingent Liabilities	5	1,9%	Sim
Fair Value	5	1,9%	Não
Margin	5	1,9%	Sim
Disclosure IFRS 17	4	1,5%	Não
Management Override of Controls	4	1,5%	Não
Other Costs	4	1,5%	Não
Accruals	3	1,1%	Sim
Disposal	3	1,1%	Sim
Intercompany	3	1,1%	Não
Valuation of hard to value investm	3	1,1%	Sim
Expected credit losses	3	1,1%	Sim
Adjusting Items	2	0,8%	Sim
Climate Change	2	0,8%	Não
Demerger accounting	2	0,8%	Não
Geopolitical events in Russia and U	2	0,8%	Não
Going Concern	2	0,8%	Não
Inflation	2	0,8%	Não
Litigation	2	0,8%	Não
Trading Activities	2	0,8%	Não
Annuitant mortality assumption	1	0,4%	Não
Assets	1	0,4%	Não
Business Combinations	1	0,4%	Não
Claims	1	0,4%	Não
Complex Transactions	1	0,4%	Não
Corporate activity	1	0,4%	Não
Environmental	1	0,4%	Não
Expense assumptions	1	0,4%	Não
Government investigations	1	0,4%	Não
Intelligence division businesses	1	0,4%	Não
legal cases	1	0,4%	Não
PPE & IA	1	0,4%	Não
Rental Fleet	1	0,4%	Não
Supplier arrangements	1	0,4%	Não
Total	266	100%	
Total "Sim"	139	52%	

Tabela 6 - Riscos KAM vs Profit Before Tax

Dada a conclusão do parágrafo anterior, a análise da Tabela 6 permite perceber de forma mais detalhada a relação entre o indicador de Materialidade mais utilizado, Profit Before Tax, e os riscos KAM associados.

Neste seguimento, é possível observar que o Risco KAM que mais impacta o indicador de materialidade Profit Before Tax é Revenue, com um peso de 12,4%, seguindo-se o risco Impairments, com um peso de 9,4%.

Adicionalmente, através da análise dos Riscos KAM que afetam diretamente a demonstração de resultados, ou seja, o indicador Profit Before Tax, é possível concluir que dos 266 riscos KAM identificados, existe uma relação direta em 139, o que representa um peso de 52%.

Em suma, através da análise das duas últimas tabelas conseguimos perceber que, nas empresas dos FTSE 100, para o indicador de Materialidade mais utilizado, Profit Before Tax, o risco KAM mais utilizado é Revenue e que cerca de 52% dos riscos KAM identificados afetam diretamente o Resultado Antes de Imposto.

Capítulo 4 - Conclusão

No decorrer do último século, a sociedade foi tendo cada vez mais acesso a vários tipos de informação, através de vários meios e numa grande parte das vezes, a informação obtida está longe da realidade, originando uma bola de neve de desinformação.

A auditoria, sendo um reflexo do mercado financeiro, foi obrigada a alterar a sua forma de atuar perante os recetores da informação por ela produzida.

Da necessidade dos utentes das demonstrações financeiras se sentirem devidamente informados e esclarecidos, a *International Standards on Auditing* (ISA) 701, implementada em 2016, obrigou que nos relatórios de auditoria sejam mencionadas as Matérias Relevantes de Auditoria (MRA). Isto é, os auditores passaram a estar obrigados a divulgar, nas empresas cotadas, os riscos de distorção material mais significativos.

Através de uma revisão da literatura existente, foi possível averiguar os benefícios e os desafios da introdução da ISA 701. Em relação aos benefícios, Moroney et al (2020), por exemplo, aponta que a divulgação das KAM permitiu aumentar, por parte dos investidores, a credibilidade da auditoria efetuada, assim como a clarificação sobre a informação obtida. Já em relação aos desafios, Bedard et al. (2016), demonstra que a divulgação das MRA podem gerar previsões que podem ser imprecisas ou não confiáveis, o que pode levar a decisões inadequadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras.

De forma a responder à questão de investigação, foi realizada uma recolha de informação dos relatórios de gestão das 100 empresas que integram o FTSE 100 – Bolsa de Valores de Londres para o ano de 2022.

Através da análise desenvolvida foi possível verificar que o indicador de Materialidade mais utilizado foi Resultado Antes de Imposto (Profit Before Tax), tendo sido o risco utilizado por 79 das 100 empresas. Adicionalmente, em relação aos Riscos das MRA identificados pelas empresas do FTSE, destaca-se o risco Revenue que, em 324 riscos identificados, este foi identificado 32 vezes, o que representa um peso de 13%

Com a compilação da informação recolhida, a relação entre os Riscos das MRA e os riscos da Materialidade foi possível ser efetuada. A maior relação existente é entre o Risco MRA– Revenue e o Risco de Materialidade – Profit Before Tax, tendo-se verificado por 33 ocasiões. Isto é, em 10,19% dos riscos MRA

identificados pelas empresas do FTSE, quando identificado o o risco MRA Revenue, o indicador de materialidade utilizado é o Profit Before Tax.

Adicionalmente, foi possível concluir que existe uma influência de 52% dos Riscos MRA identificados no Resultado Antes de Imposto (indicador de Materialidade mais utilizado).

Em suma, o presente estudo pretende contribuir para uma melhor percepção sobre o impacto que os riscos têm na auditoria, assim como, mais em concreto, comprovar a relação entre os Riscos das Matérias Relevantes de Auditoria na escolha do indicador de Materialidade. Por fim, sugere-se o *follow up* nos próximos anos desta relação, assim como as eventuais alterações da ISA 701 e os seus impactos.

Bibliografia

Cascarino, R. E. (2006). The challenges of risk-based auditing. *Internal Auditor*, 63(2), 17-22.

Cho, S., & Kim, J.-E. (2015). An exploratory study on audit-based risk assessment in big data environment. *Journal of Applied Accounting Research*, 16(3), 346-361

Knechel, J. W., Salterio, S. E., & Ballou, B. (2013). Auditing and assurance services: A systematic literature review. *Accounting Horizons*, 27(4), 779-805

Pickett, K. S., & Pickett, J. M. (2005). *Auditing for Managers. The Ultimate Risk Management*, London.

Yuen, D. T. H. (2012). The Benefits and Challenges of Risk-Based Auditing. *Internal Auditing*, 27(2), 11-17.

Arens, A.A., Elder, R.J., & Beasley, M.S. (2017). *Auditing and Assurance Services*. Pearson Education.

American Institute of Certified Public Accountants. (2016). AU-C Section 320: Auditor's Consideration of Materiality in Planning and Performing an Audit.

Public Company Accounting Oversight Board (2010). Release No. 2010-004: Proposed Auditing Standards – An Audit of Internal Control Over Financial Reporting Performed in Conjunction with an Audit of Financial Statements.

Deloitte (2015). *Audit Thinking Allowed: Materiality*.

Whittington, O.R., Pany, K. (2012). *Principles of Auditing and Other Assurance Services*.

Howard, J. (2015). *The Role of Materiality in Financial Reporting: A Comprehensive Review*.

Moroney, R., Schuetze, W., & Baelden, D. (2020). When do investors value key audit matters? *European Accounting Review*.

Bedard, J., Coram, P., Espahbodi, R., & Mock, T. (2016). Does recent academic research support changes to audit reporting standards? *Accounting Horizons*.

- Prasad, B., & Chand, P. (2017). The changing face of the auditor's report: Implications for suppliers and users of financial statements. *Australian Accounting Review*.
- McNamee, D. (1997). Risk-based auditing. *Internal Auditor*, 54(4), 22-27
- Houghton, K. A., Jubb, C., & Kend, M. (2011). Materiality in the context of audit: the real expectations gap. *Managerial Auditing Journal*, 26(6), 482-500.
- Arens, A. A., Elder, R. J., & Beasley, M. S. (2012). *Auditing and assurance services: an integrated approach*. Prentice Hall
- Canning, M., O'Dwyer, B., & Georgakopoulos, G. (2019). Processes of auditability in sustainability assurance—the case of materiality construction. *Accounting and Business Research*, 49(1), 1-27.
- Joldoş, A. M., Stanciu, I. C., & Grejdan, G. (2010). Pillars of the audit activity: materiality and audit risk. *OF THE UNIVERSITY OF PETROŞANI~ ECONOMICS~*, 10(2), 225-238.
- Flint, D., & Clarke, F. (2002). Internal audit and corporate governance: A review of the literature. *International Journal of Auditing*, 6(3), 191-210.
- Power, M. (1997). *The audit society: Rituals of verification*. Oxford University Press.
- Sage, W. M., & Elliott, R. K. (1998). Ethics, accounting, and the transition to capitalism: China as an illustrative case. *Journal of Business Ethics*, 17(2), 183-198.
- Coderre, D., & Griffiths, D. (2011). *Implementing the IT Balanced Scorecard: Aligning IT with Corporate Strategy*. McGraw Hill Professional.